

Urbanismo tático em discussão para o desenvolvimento urbano

Tactical urbanism under discussion for urban development

Urbanismo táctico bajo discusión para el desarrollo urbano

Recebido: 08/11/2019 | Revisado: 09/11/2019 | Aceito: 11/11/2019 | Publicado: 12/11/2019

Julia Dias Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5664-7407>

Universidade Salvador, Brasil

E-mail: juliadiasgomes@hotmail.com

Leticia Dias Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9505-2687>

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

E-mail: leticiadiasgomes@hotmail.com

Thiago Borges Mendes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0429-3114>

Católica de Santa Catarina, Brasil

E-mail: tborgesmendes@gmail.com

Márcia Maria Couto Mello

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2299-3117>

Universidade Salvador, Brasil

E-mail: marcia.mello@unifacs.br

Resumo

Através de uma pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, delinea-se a discussão acerca do crescimento das cidades e como a reestruturação urbana têm assumido relevância nas discussões de planejamento, no qual o urbanismo tático apresenta-se como alternativa para atuação das pessoas sobre o espaço público, contribuindo para que essas ações estimulem a relação humana e o cuidado com a cidade. Diante de um cenário político onde os agentes que controlam a produção do espaço acabam suprimindo o direito à cidade, o cenário urbano se depara com a atuação dos cidadãos para resolver os problemas locais, em pequena escala, através de ações e intervenções que se baseiam em um constante experimento sobre o local. Um aspecto desse trabalho é captar a característica do tático na transformação do espaço, de modo que os cidadãos exerçam atividades que prezem pela construção do comum. A partir

deste artigo, foi possível reconhecer o urbanismo tático como uma ferramenta para auxiliar o desenvolvimento urbano e seu planejamento, onde a produção do espaço público garante condições da qualidade de vida social, na promoção do cuidado e apropriação da cidade.

Palavras-chave: Urbanismo tático; Espaço público; Desenvolvimento Urbano; Transformação do espaço.

Abstract

Through an exploratory research with a qualitative approach, the discussion about the growth of cities is outlined, and urban restructuring has been the focus of planning discussions, in which tactical urbanism presents itself as an alternative for people to act on public space, and contributed for these actions to stimulate the human relationship and the care with the city. Faced with a political scenario where the agents that control the production of space and end up suppressing the right to the city, the urban scenario faces the actions of citizens to solve local problems, on a small scale, through actions and interventions that are based on a constant experiment on the site. One aspect of this work is to capture the characteristic of the tactical in the transformation of space, so that citizens perform activities that value the construction of the common. From this article, it was possible to recognize tactical urbanism as a tool to assist urban development and its planning, where the production of public space ensures conditions of social quality of life, promoting care and appropriation of the city.

Keywords: Tactical urbanism; Public space; Urban development; Space transformation.

Resumen

Por medio de una investigación exploratoria con un enfoque cualitativo, se describe la discusión sobre el crecimiento de las ciudades, y cómo la reestructuración urbana ha sido el foco de las discusiones de planificación, en las que el urbanismo tático se presenta como una alternativa para que las personas actúen en el espacio público, y contribuyó para estas acciones para estimular la relación humana y el cuidado con la ciudad. Frente a un escenario político donde los agentes que controlan la producción del espacio y terminan reprimiendo el derecho a la ciudad, el escenario urbano enfrenta las acciones de los ciudadanos para resolver los problemas locales a pequeña escala a través de acciones e intervenciones que se basan en un experimento constante en el sitio. Un aspecto de este trabajo es capturar la característica de lo tático en la transformación del espacio, para que los ciudadanos realicen actividades que valoren la construcción de lo común. A partir de este artículo, fue posible reconocer el urbanismo tático como una herramienta para ayudar al desarrollo urbano y su planificación, donde la producción

del espacio público garantiza condiciones de calidad de vida social, promoviendo el cuidado y la apropiación de la ciudad.

Palabras clave: Urbanismo táctico; Espacio publico; Desarrollo Urbano; Transformación del espacio.

1. Introdução

Lefebvre (2001) descreve o tecido urbano como um ecossistema, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes. O tecido urbano não se limita à sua morfologia, ele é suporte de um modo de viver da sociedade urbana. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos, sejam eles nos de objetos como nos de valores.

De acordo com Brenner & Schmid (2014), a partir de meados da década de 1980, os analistas da ONU começam a apontar para uma transição urbana de escala mundial em seus relatórios regulares sobre tendências de assentamentos humanos. Um deles apontam que, antes dos anos 2000, o mundo terá mais habitantes nas cidades do que nos campos. Isso marcou o surgimento de uma era urbana, na qual em 2008 se confirmou que pela primeira vez na história, mais da metade da população humana (3,3 bilhões de pessoas), estaria vivendo em áreas urbanas. Essa problemática urbana associa-se ao processo de industrialização, que caracteriza a sociedade moderna, onde na obra intitulada *Direito à cidade*, ressalta-se que:

Ainda que a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos por ela, e não entre as causas ou razões indutoras, as preocupações que essas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como sociedade urbana a realidade social que nasce à nossa volta. Esta definição contém uma característica que se torna de capital importância (Lefebvre, 2001, p.11).

Quanto aos efeitos da industrialização, fornece-se uma reflexão sobre a nossa época, em função do crescimento acelerado, pelo modo ao qual as cidades passaram por graves problemas urbanos, em grande parte decorrente da necessidade de força de trabalho (*Ibidem*).

Atualmente, o mundo depara-se com uma mudança de escala, na qual o urbano opera sobre toda a superfície do planeta. Assim como as cidades se transformam, em diferentes escalas e em diferentes processos, o urbano também sofre as modificações e não se resume apenas a um processo estático. Mehrotra & Benítez (2017) conceituam que na nova economia,

a localização fragmentada dos serviços e da produção resultam em um urbanismo de bazar, por meio de sua paisagem.

Sassen (2016) define as cidades como sistemas complexos, embora incompletos, que amparam as possibilidades de se fazer o urbano, o político, o cívico, a história. Com o desmembramento parcial das cidades-estado, nas últimas duas décadas, as complexidades das grandes cidades ficam mais evidentes.

Desde então, as cidades, e evidentemente a sociedade, vêm enfrentando grandes desafios, inclusive na ordem cívica urbana, devido às principais tendências econômicas. Neste sentido, desde os anos 1960, teóricos vêm sustentando uma crise no planejamento urbano, no qual não se consegue conceber cidades na escala humana (Eboli, 2019). Enquanto o mundo se depara com a escassez de recursos naturais, mudanças climáticas e outras instabilidades, possibilita do mesmo modo catástrofes humanas resultantes dos processos atuais de urbanização. (Gadanhó, 2016).

Para Macêdo & Almeida (2018), o planejamento urbano atual está voltado para as intervenções em larga escala, amparados no princípio do controle *de cima para baixo*, onde as decisões adotadas por autoridades que controlam os processos, impõem-se sobre as ações urbanas. Consequência disso são cidades que se erguem a partir de espaços urbanos sem memórias, intercâmbios, união e proximidade. Harvey, em seu texto *O direito à cidade*, propõe:

Vivemos em uma época em que ideais de direitos humanos se deslocaram do centro da cena tanto política como eticamente. Uma considerável energia é gasta na promoção do seu significado para a construção de um mundo melhor. Mas, para a maioria, os conceitos em circulação não desafiam hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal. Apesar de tudo, vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito (Harvey, 2012, p. 73).

Harvey (2012) destaca, ainda, que o direito à cidade é um direito comum antes do individual, já que a transformação depende do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. Assim, a liberdade de construir e reconstruir a cidade é um processo fundamental, apesar de negligenciado dos direitos humanos.

Mesmo que sejam feitas tentativas de planejamento municipal e regional, a ação “de cima para baixo”, especialmente em países em desenvolvimento, permanece emaranhada em políticas ineficientes e legislações que são tomadas pela corrupção (Gadanhó, 2016).

Ante este cenário, observa-se o aumento de ações práticas dos cidadãos, no desenvolvimento urbano, associadas a um urbanismo emergente e tático, vinculados também à construção de empoderamento do cidadão. (Macedo & Almeida, 2018). Neste sentido, Sassen (2016) defende que o tático se torna uma necessidade, de modo que o urbanismo tático ~~deve~~ deva encontrar nas cidades bases firmes para realizar seu projeto.

Fortuna (2002) descreve que a participação pública dos cidadãos, grupos e movimentos sociais surge perante os efeitos sensíveis da globalização da economia, da cultura e da comunicação, onde o espaço público das cidades surge dominado pela estetização do consumo, do mesmo modo que o planejamento urbano passa a se sujeitar à lógica do mercado. É nesse contexto que uma nova orientação política relativa à cultura como estratégia de renovação das economias locais urbanas toma espaço, como forma de integrar os diferentes setores da sociedade ao lado da criação de infraestruturas, equipamentos e competências culturais novas.

Esse artigo busca desenvolver uma compreensão justa e equilibrada da abordagem do urbanismo tático ao planejamento ~~regional~~ e urbano, e de que forma ele pode ser concebido como um novo direito à cidade, capaz de oferecer a participação popular e soluções para seu respectivo desenvolvimento.

2. Metodologia

Com relação ao processo metodológico, tendo em vista o objetivo estabelecido, optou-se pelo enriquecimento da abordagem qualitativa, no qual, de acordo com Pereira *et al.* (2018, p. 67), “é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo”, que no caso deste estudo, delinea-se com o urbanismo tático em relação ao entendimento da cidade atual e respectivo cenário político, ~~e foi~~ realizado através de pesquisas documentais baseadas em artigos científicos, históricos e sociais, concentrando-se este último campo nas relações do tempo e espaço, e o neoliberalismo para o planejamento urbano. As discussões levantadas no presente trabalho tiveram caráter exploratório, já que possibilitam intimidade com o problema, aperfeiçoando ideias e conceitos que o torne mais explícito (Gil, 2009). Esse ângulo é particularmente relevante no intuito de entender a relação entre espaço público e planejamento urbano, onde vários autores exploram essa abordagem (Nogueira & Portinari, 2016; Castro, 2019; Eboli, 2019).

Dessa forma, o presente trabalho se propõe a retomar uma problemática que vêm sendo discutida nas esferas do planejamento e desenvolvimento urbanos, onde, por meio dos

principais autores vinculados ao tema, se possa reconhecer os limites e potenciais deste e com isso propor uma nova discussão, no âmbito do urbanismo tático, de modo a ser uma nova ferramenta no desenvolvimento das cidades.

3. A crise do planejamento urbano e o urbanismo tático

Montaner & Muxí (2014) apontam que “o momento atual da prática urbanística tecnocrática está desacreditado, sua dimensão pública ficou marcada pelo predomínio da especulação imobiliária e o objetivo do bem comum foi contaminado pelas exigências do mercantilismo”. É diante desse panorama que a produção do urbano é precisa ser revisada, a fim de tornar a qualidade das cidades melhor, conforme cita Gehl:

Meu conselho para todas as cidades seria que elas tivessem uma atenção sistemática ao que está acontecendo na cidade, como as pessoas estão usando. [...] É sabido que você planeja para o que você tem informação sobre. O que você conhece, você cuida. Essa é a mensagem: consiga informação sobre como sua cidade é usada e então a melhore onde e como ela precisa de melhoras (Ibidem, 2013).

Ademais, os componentes segregadores do modelo urbanístico global, estão no cerne do urbanismo tardo-racionalista, no qual se trata da reformulação rentável da zonificação do urbanismo racionalista. O modelo urbano proposto pelo neoconservadorismo liberal, cujos interesses econômicos não possuem raízes, não apenas procuram substituir o entorno natural, tais como os centros históricos, as ruas e os espaços públicos como também as funções do urbanismo racionalista de A Carta de Atenas – moradia, trabalho, entretenimento e circulação. Nesse cenário, o projeto urbano precisa de alternativas plurais, com atrativos que incluem sustentabilidade e estratégias de enriquecimento do território ambiental (Montaner & Muxí, 2014).

A questão da produção social vem sendo discutida desde 1960, onde a crise econômica instaurada a partir do fim da década levou a uma reconfiguração da produção capitalista. Na busca dessa recuperação, entra em cena um conjunto de práticas associadas à produção espacial do planejamento, conhecido como neoliberalismo. Farias & Diniz (2018) destacam que do ponto de vista econômico, foi marcado com aberturas financeiras e comerciais, desregulamentação dos mercados, privatização e liberalização dos preços. Na questão

ideológica, o discurso de “eficácia da livre concorrência” contra a “ineficiência do estado”, garantiria o acesso aos bens e serviços. Essa reestruturação causou consequências sobre o espaço urbano, como acontecera em crises anteriores (Harvey, 2012).

Ainda nesse contexto, Antunes & Sobral (2016) descrevem a falta de mecanismo para o planejamento urbano, onde os espaços públicos foram impostos sem morfologia e funcionamento, sem a participação popular no planejamento e tomada de decisões. Consequência disso é a falta de identificação e vínculo dos habitantes para com a cidade, no qual os espaços públicos são criados pelo poder público, ~~no qual~~ **que** não compartilha a responsabilidade por eles. Assim, o acesso à cidade é cada vez mais mediado pela relação de cliente/consumidor, tornando o modo de vida mercantilizado, onde a qualidade de vida torna-se um produto (HARVEY, 2012).

Assim como descrevem Vieira, Bavaresco & Daiprai (2019), atualmente, o espaço público é marcado pela aceitação do que é diferente, no entanto, nas últimas décadas, sua função social foi negligenciada e diminuída por fatores como a introversão da arquitetura, a segregação e o descaso com a escala humana. A presença de intervenções sobre o espaço viabiliza enaltecer os seus atributos físicos, nos quais anteriormente não eram vistos.

Sassen (2016) argumenta que o tipo de espaço pode gerar diferença. Além disso, as cidades oferecem para aqueles que carecem de poder a possibilidade de fazer diferença. Os atores mais envolvidos com a produção do espaço urbano criam uma série de condições objetivas sem se importar se os envolvidos querem ou não. Isso quer dizer que as condições atuais das cidades globais criam um espaço para que novas estruturas de possam se envolver em pelo menos um momento da trajetória, onde essa forma privada e imprecisa do capital mundial impacta, torna-se real, e, portanto, visível.

Decorrente da urbanização neoliberal, com relação **às** preocupações com a cidade atual, Gadanho (2016) cita que a emergência das cidades informais ou “cidades sombra”, difundiram-se no círculo dos especialistas e impulsionaram tanto as instituições culturais como organismos profissionais, governos e especialistas a discutir uma condição urbana cada vez mais desalentadora.

Portanto, é hora de novos protagonistas pensarem e projetarem as cidades, de modo que perante a dominação especulativa e segregadora, sejam incorporados pontos de vistas plurais que possam reinventar a cidade humana (Montaner & Muxi, 2014). É na busca por melhorias de vida que tem sido recorrente o número de intervenções desenvolvidas pela população nos espaços públicos das cidades. Como propõe Araújo (2012), τ a cidade, sendo um objeto concreto, possui os sentidos da prática social de distintos grupos que lutam entre si, mas que

pertencem e amam sua cidade, afirmando ainda que o valor de troca, presente nas mercadorias, ainda não dominou a prática social, referente aos valores de uso e costumes, permitindo ~~em~~ que a apropriação da rua ou da praça aconteça de acordo com as possibilidades de emprego de tempo, e segundo éticas e estéticas próprias de cada grupo social.

Mehrotra & Benítez (2017) afirmam que ao contemplar a paisagem contemporânea das cidades, o urbanismo atual parece estar suspenso na acumulação de capital e na noção de que existe a “cidade cinética”, uma concepção que considera a cidade em fluxo constante, com transformações físicas que deslocam a própria estrutura das ideias de acumulação e a sua relação com o desenvolvimento. Assim, esse novo conceito de cidade revela uma compreensão das novas funções das pessoas nos espaços da sociedade urbana, implicando em uma articulação e ocupação temporária do espaço, criando uma melhor sensibilidade em relação ao raciocínio do espaço, que inclui usos impensados em condições urbanas de alta densidade.

A proposta da elasticidade do urbanismo e o enfoque na cidade cinética tentam descrever as transformações sem recorrer aos termos *formal e informal*, assumindo-se, de antemão, a cidade cinética como uma formulação conceitual onde seus sentidos não são estáveis. Deste modo, os espaços são recriados, consumidos, reinterpretados e, sobretudo, reciclados para a criação de *espetáculos*, onde novas condições, formas e possibilidades passam a ser exploradas.

A essa noção de cidade cinética, que se amplia para a dimensão “efêmera” ao conceito mais inclusivo de “urbanismo”, é dotado de uma lógica que responde às necessidades das pessoas vinculadas ao lugar que residem. Essas ações em pequena escala buscam a resolução de problemas pontuais do cotidiano. É justamente essa atitude cidadã que se compreende como o conceito de urbanismo tático (Macêdo & Almeida, 2018). Para Lydon & Garcia, trata-se de

Uma abordagem voluntária e gradual para instigar a mudança; um processo de criação de ideias para os desafios do planejamento em escala local; um compromisso de curto prazo e expectativas realistas; uma atividade de baixo risco, possibilitando gerar recompensas elevadas; o desenvolvimento de capital social entre cidadãos e a construção de competências organizacionais entre a esfera pública e privada Lydon & Garcia. (2011, apud Eboli, 2019, p.55; Nogueira & Portinari, 2016, p.180).

Assim, os autores compreendem que as práticas do urbanismo tático podem assumir natureza efêmera ou permanente, mas em todo caso destinam-se a informar a planificação urbana em longo prazo (Nogueira & Portinari, 2016). No contexto em que as cidades vivem em

um fluxo constante, e que a preocupação com o planejamento toma um espaço popular, o urbanismo tático propõe ações em curto prazo e mudanças em longo prazo.

Neste sentido, as mudanças proporcionadas pelos cidadãos promovem um progresso equitativo na participação popular sobre o espaço, no qual ao invés de serem solicitados para contribuir com alguma mudança incremental em seu bairro, rua ou vizinhança, os moradores são incitados a sugerir propostas que muitas vezes não teriam contato ou conhecimento caso ocorresse em larga escala. Por isso, as melhorias em pequena escala mostram que são investimentos significativos que mudam a percepção dos moradores e de quem planeja a cidade.

4. O urbanismo tático e o urbanismo neoliberal

Acerca do conceito do neoliberalismo e do pensamento neoliberal, no que tange o Estado, o pensamento liberal aposta na privatização dos bens comuns a fim de eliminar as barreiras de desenvolvimento econômico e bem-estar social. No entanto, na prática, o neoliberalismo propõe contradições que geram consequências graves sobre o modo de vida urbano, devido à falta de igualdade dos indivíduos perante as informações. Isso impõe a desigualdade nas tomadas de decisões relativas à economia e ao mercado (Castro, 2019).

Paiva (2017) cita que o discurso do liberalismo sobre o livre mercado aflorou desde o século XX, no qual os governos com a tentativa de promover uma agenda de crescimento econômico com desenvolvimento social acabaram aumentando as desigualdades sociais promovidas pelo mercado. A política e a justiça neoliberal não reconhecem a cidade como heterogênea, ao contrário, tendem a tratar de forma homogênea os elementos que compõem o espaço, o que potencializa os problemas sociais. Ainda, o urbanismo liberal na escala urbana funciona como um indutor de desenvolvimento do mercado imobiliário, onde Brenner (2016) descreve:

O urbanismo neoliberal não se trata de uma formação unificada e homogênea de governança urbana, mas representa uma síndrome ampla de instituições, políticas e estratégias regulatórias de mercado (Ibidem, 2016, p. 10-11).

Ainda, o projeto de cidade neoliberal, segundo Nogueira (2017) está ligado à produção de territórios de consenso, no qual é concebido em termos de gestão capitalista, acabando que não exercita as cidadanias locais a desempenharem seu papel sobre a cidade.

É nesse contexto que o urbanismo tático surge como forma de reação às políticas neoliberais, realizadas por diferentes atores urbanos como ferramenta para que as pessoas consigam controlar as questões urbanas com as próprias mãos (Gadanhó, 2016). Brenner (2016) descreve como o urbanismo tático surge em um contexto de crise política, no qual as cidades contemporâneas com as populações urbanas em constante expansão são as maiores representantes, onde tanto os Estados quanto os mercados falharam na entrega dos bens públicos básicos, tais como habitação, transporte e espaço público.

Além disso, Prins (2013 *apud* Silva, 2017, p.97) se refere ao urbanismo tático como um modo de participação mais radical, no qual pode ser designado como um urbanismo de guerrilha, pois promove ações de curto prazo que causam mudanças em longo prazo dentro das cidades, com iniciativas de baixo custo e caráter ilegal, pois são caracterizadas como ações espontâneas.

Sansão-Fontes, Pessoa & Araujo-Souza (2019) abordam o urbanismo tático como uma construção e ativação da vizinhança, no qual se utilizam de intervenções e políticas de curto prazo e baixo custo, permitindo uma recuperação imediata, redesenho ou planejamento do espaço, visando futuras intervenções. Brenner (2016) complementa apontando que não se trata de um movimento ou técnica unificada, mas de uma “rubrica geral” na qual se pode captar uma variedade de projetos urbanos emergentes, provisórios ou experimentais.

Nesse aspecto, a construção de um planejamento de longo prazo é promovida pelas ações de pequena escala do urbanismo tático, visto que as ações informais estimulam políticas urbanas inclusivas de longo prazo. Brenner (2016) descreve pontos de convergência para explicar os elementos principais do urbanismo tático. No que diz respeito a sua mobilização, ele é feito “de baixo para cima”, através de intervenções organizacionais, culturais e ideologicamente diversas; Esses modos de intervenção são imediatos, uma vez que as questões urbanas são urgentes, e sua escala é pequena, sendo determinada por parques, prédios, ruas ou bairro; Os projetos propostos podem evoluir em relação as mudanças político-econômicas; e por fim, promove uma visão participativa e prática do “faça você mesmo” na reestruturação urbana, tendo uma atuação direta sobre os problemas urbanos.

Essas intervenções são citadas por Gadanhó (2016) como do tipo “faça você mesmo”, onde participantes ativos das comunidades e representantes políticos aliam-se para produzir intervenções que buscam a eficácia da dinâmica dos acontecimentos urbanos atuais, onde as pequenas produções sobre o espaço são capazes de impactar e se tornar uma das formas dominantes de intervenção na cidade.

Silva (2017) descreve que o urbanismo tático promove o estímulo de mudança perante os indivíduos, e a criação de ideias para a solução de problemas locais. (Hartley & Lydon *apud* Silva, 2017, p. 98) citam que as ações em pequena escala possibilitam um propósito maior, onde a atuação não depende de recursos para correções de certos problemas urbanos. A mudança em pequena escala proporciona efeitos em larga escala, no qual a experimentação é feita através do urbanismo tático.

O urbanismo tático atual busca uma produção urbana de apropriação hábil criativa dos conflitos contemporâneos nas cidades, expressados por meio de objetos urbanos informais, formas de infraestrutura alternativa, usos temporários e ilegais do espaço público e reivindicações do direito à cidade (Gadanhó, 2016).

Assim como afirma Brenner (2016), “o urbanismo tático é assim apresentado como um potencial paliativo para remediar certos problemas urbanos que as instituições estatais e procedimentos formais de planejamento urbano não conseguiram discutir adequadamente até agora.” A mobilização da sociedade para modificação do espaço, mesmo que efêmera, transforma as cidades, principalmente as metrópoles, visto que o urbanismo tático se torna palco para ações emergenciais e transitórias desarticuladas de projetos e de estratégias a longo curso, amadurecendo as relações políticas e socioculturais no urbano (Ribeiro, 1995).

5. Urbanismo tático em discussão no desenvolvimento urbano

A urbanização, juntamente com os movimentos surgidos na década de 1960, estimulou o debate no âmbito do uso e do conceito de espaço público. Visto a existência atual de novos elos, construídos ou a serem estabelecidos entre a produção e reprodução social, ou sociedade, território, economia e política, enfatiza-se a necessidade da valorização do enfrentamento das questões urbanas desenvolvidas por movimentos sociais e organizações populares nas últimas décadas (Ribeiro, 1995). Araújo (2012) aponta que somente por meio do estabelecimento destas formas, torna-se possível dar estabilidade ao fluxo contínuo de transformações sociais.

Harvey (2012) cita o ressurgimento do direito à cidade com os movimentos sociais, emergindo das ruas e dos bairros. Ele ressalta a existência, do que James Holston (2008) defende como uma “cidadania insurgente”, não sendo associada às ideias de Lefebvre, mas sim com as lutas que continuam a existir acerca de quem deve configurar as características da vida urbana cotidiana.

Deste modo, o direito à cidade ressurgiu não por lealdade às ideias de Lefebvre, mas de que suas ideias surgem de ruas e bairros de cidades doentes, fazendo com que os movimentos

pelo direito à cidade encontrem-se em plena atividade ~~pelos~~ com os movimentos sociais, pelo grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas pela transformação do espaço (Harvey, 2014).

Neste meio, Kogan (2016) propõe o urbanismo tático como um estágio ainda mais sofisticado do urbanismo neoliberal, devido à ausência de controles estatais sobre a qualidade e objetivo dos espaços públicos criados a partir da sociedade, sendo que esta autoprodução do espaço através da comunidade tende a substituir a figura das empresas privadas propositoras de espaços públicos.

Ressalta-se que o urbanismo tático possui diferenças em relação às práticas informais realizadas, tais quais mutirões em comunidades, pois são feitos, em sua grande maioria, por pessoas da “classe criativa”, sendo arquitetos, designers e artistas, geralmente endereçados a locais destinados ao lazer e à sociabilidade, tais como praças públicas. Algumas intervenções, como a construção conjunta de mobiliários urbanos, a apropriação de espaços públicos subutilizados ou terrenos baldios, são exemplos práticos desta ação sobre o espaço (Nogueira & Portinari, 2016).

Sansão-Fontes, Pessoa, Araujo-Souza et al. (2019) argumentam que para os grandes projetos urbanos, em larga escala, é necessária a articulação “de cima para baixo”, com as propostas do poder público, e “de baixo para cima”, com a participação popular sobre eles. Bauman (2009) ressalta que são nos lugares que se forma a experiência humana, onde ela é compartilhada e seu sentido é elaborado, assimilado e negociado.

No contexto da participação, Montaner & Muxí (2014) descrevem que esses processos não só permitem com que os cidadãos reforcem o conhecimento sobre o seu bairro ou cidade, mas que devem ser fundamentais tanto no início como na conclusão das obras. Ainda, complementam:

Nenhuma intervenção urbana pode começar sem que os moradores intervenham no diagnóstico, e toda obra requer a opinião e a atividade dos usuários a fim de valorizar e qualificar sua manutenção, de modo a interpretar sua pós-ocupação (Ibidem, 2014, p. 219).

Brenner (2016) aborda a questão do urbanismo tático sobre os problemas urbanos como tendo com um potencial paliativo para remediar certos problemas urbanos, que normalmente as instituições estatais e os procedimentos formais de planejamento urbano não conseguem solucionar. Sendo assim, “o urbanismo tático alivia algumas das falhas de governança e

consequências socioespaciais disruptivas do urbanismo neoliberal, mas sem ameaçar seu controle sobre o marco regulatório que governa o desenvolvimento urbano”.

Deste modo, o urbanismo tático se compromete com lugares específicos em cidades específicas, no qual se torna um espaço global de repetição mútua. A falta de poder fez com que as cidades se tornassem terrenos disputados, e ~~é onde~~ é na cidade global que concentra a diversidade. Nela, os espaços se inscrevem com a cultura corporativa dominante, no qual se misturam com outras culturas e identidades (Sassen, 2016).

Lydon, Bartman, Garcia *et al.* (2012) afirmam que os resultados da mudança a longo prazo, proporcionada pelo urbanismo tático, podem ser avaliados em tempo real, transformando a cidade em um laboratório de experimentação. Se incluído como parte do processo no planejamento urbano, o urbanismo tático promove a confiança entre os diferentes grupos de interesse de forma mais rápida. Quando o público participa fisicamente nas melhorias da cidade, pode-se gerar um apoio público maior na mudança que virá a ser executada posteriormente.

Quando as experimentações são feitas de forma flexível e barata, os ajustamentos podem ser feitos antes de se avançar para a realização de grandes investimentos. [...] Se o projeto não funcionar como planejado, o orçamento não se esgota e a intervenção de longo prazo pode ser melhorada incorporando as lições aprendidas com a ação produzida naquele contexto particular e dinâmico. Se bem conseguidas, as micro mudanças podem ser utilizadas como primeiro passo na realização de uma ação mais duradoura. Assim, o urbanismo tático é mais eficaz quando usado em conjunto com os esforços de planejamento de longo prazo que casam a urgência da “ação instantânea” com a sabedoria do “investimento de longo prazo (Lydon, Bartman, Garcia *et al.*, 2012, p. 2).

Portanto, os experimentos proporcionados pelas práticas do urbanismo tático acerca do planejamento urbano legam certa contribuição à democracia, através da gestão coletiva dos espaços e participação popular enquanto às demandas da sociedade. Farias (2018) destaca, ainda, a contribuição do campo disciplinar arquitetônico e urbanístico para estimular a maior participação de indivíduos nesses processos, de modo a empoderar as coletividades, construindo e gerindo o espaço que habitam.

Sendo assim, o urbanismo “de baixo para cima” e as intervenções de escala pequena no espaço possibilitam as iniciativas “de baixo para cima” com o planejamento “de cima para baixo”, na criação de políticas públicas mais abrangentes. Parte-se do questionamento de que

as alterações táticas potencializam situações existentes nos problemas urbanos, intensificando a experiência urbana cotidiana. Ressalta-se que a tática não retira o poder das instituições de planejamento sobre a cidade, mas traz por meio da participação popular visibilidade e solução para conflitos já existentes.

Fontes (2018) ressalta que, por fim, o urbanismo tático viabiliza e problematiza determinado aspecto da cidade, de forma que vise auxiliar um futuro planejamento. Após isso, deve ser feita a institucionalização, mesmo que em menor escala. Assim, ferramentas táticas podem ser ferramentas de qualificação para as cidades, permitindo a apropriação e produzindo uma cidade distinta e não programada (Brenner, 2016).

De certo modo, o urbanismo tático encontra um espaço operacional nos vazios da cidade, em locais esquecidos e que de certa forma ressurgem e mostram sua importância dentro do contexto em que cada indivíduo vive. Um aspecto desse trabalho é captar essa característica do tático na transformação do espaço, de modo que grupos exerçam atividades que prezem pela construção do comum, onde exista possibilidade de fazer presença onde habita o silêncio e a ausência. Por isso, ressalta-se a principal característica de reconhecê-lo como uma atividade colaborativa, que busca engajar a comunidade pela busca de melhorias no desenvolvimento e planejamento urbano, transformando assim o modo de ver e agir sobre as cidades.

6. Conclusão

Nogueira (2017) apresenta a ideia de que a ocupação da cidade é um ato intrinsecamente político, questionando a permissão para ocupação da cidade e a expulsão de certos indivíduos. As novas formas de urbanismo não surgem apenas como um fator abrangente das carências da sociedade atual enquanto o espaço urbano, mas também como agentes promotores da união entre as pessoas e a cidade, tendo em vista, ainda, a importância das ações do urbanismo tático iniciados por arquitetos e designers. Vieira, Bavaresco & Daiprai continuam esse pensamento quando citam que o espaço urbano próspero

não é aquele com a capacidade de conservar quase que intactos ao tempo os seus edifícios, mas aquele que foi capaz de adaptar seus edifícios às pessoas de seu tempo. A cidade se constrói pela permanência das pessoas, e não das suas obras de arquitetura. (Vieira, Bavaresco & Daiprai, 2019, p. 12)

O espaço público é uma conquista democrática que envolve conflitos, riscos e negociação, e pauta-se a forma como o urbanismo tático auxilia na percepção das carências urbanas, trazendo soluções práticas e acessíveis, promovendo e organizando os movimentos de intervenção nas cidades, compondo cada vez mais uma inteligência coletiva, que enfatiza os processos coletivos de criação e subjetivação.

Harvey (2012) traz a problemática do direito à cidade, atualmente orientada apenas para as elites políticas e econômicas, moldadas cada vez mais ao seu gosto. No entanto, o direito à cidade toma a forma operacional e de ideal político, porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excludente.

A forma como o urbanismo tático auxilia na percepção das carências urbanas, trazendo soluções práticas e acessíveis, promovendo e organizando os movimentos de intervenção nas cidades, compõem cada vez mais uma inteligência coletiva, que enfatiza os processos coletivos de criação e subjetivação, trazendo de volta o sentido do direito à cidade para uma perspectiva revolucionária e uma participação sobre o desenvolvimento urbano, por meio de suas soluções encontradas em problemas geralmente pouco visualizados pelo planejamento urbano.

Montaner & Muxí (2014) indicam que embora os processos de participação não sejam novidade nas sociedades democráticas, eles constituem um dos indicadores mais importantes de que dentro das cidades, há um esforço para a sustentabilidade, que demonstra uma realidade mais humana e mais atenta para a diversidade e memória, no qual o objetivo é alcançar benefícios comuns e exprime o desejo das pessoas fazerem parte da cidade, reconhecendo suas transformações. Essa participação traz uma transparência sobre os interesses e objetivos. E continuam:

Se a igualdade e a diversidade são valores, a participação é um procedimento, um instrumento. No entanto, sua argumentação e protagonismo são a chave para a transformação de um urbanismo aberto às demandas sociais e que têm como objetivo os valores da igualdade e diversidade. (Montaner & Muxí, 2004, p. 218)

Na era contemporânea, reivindicar o direito à cidade deve ser encarado como o caminho para ambientes urbanos mais democráticos e inclusivos, e a participação social tem um papel fundamental na abordagem do urbanismo tático (Fernandes & Sansão, 2016). Essas estratégias efetivas têm o potencial para serem elementos essenciais na construção da paisagem urbana contemporânea, onde dispõe e organiza as camadas do urbanismo sem deixar de contemplar as necessidades emergentes de amplos setores da sociedade urbana (Mehrotra & Benítez, 2017).

Harvey (2014) aponta que o direito à cidade é muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos da cidade, mas se faz como um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os desejos dos habitantes. Além disso, é mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

Sendo assim, o urbanismo tático aponta para a diversidade, promovendo o desenvolvimento urbano pela forma em que reforça os laços dentro das comunidades, bairros e cidades, por meio de projetos que potencializam a igualdade e a justiça. E tudo isso é representado pelos novos meios de intervenção sobre o espaço, transformando as inter-relações sobre o direito à cidade e nas decisões do planejamento urbano.

Por fim, é possível reconhecer o urbanismo tático como uma ferramenta para auxiliar o desenvolvimento urbano e seu planejamento, onde a produção do espaço público garante condições da qualidade de vida social, na promoção do cuidado e apropriação da cidade. As ações táticas não pretendem solucionar os grandes problemas urbanos, mas pretendem viabilizar e problematizar algumas deficiências na cidade. Esse tipo de urbanismo influencia o planejamento urbano, onde o assunto torna-se relevante, e começa a ser discutido nas esferas públicas, onde as ações táticas transformam-se em resultados permanentes para a sociedade.

No entanto, as ações táticas não pretendem solucionar os grandes problemas urbanos, mas pretendem viabilizar e problematizar algumas deficiências na cidade. Esse tipo de urbanismo influencia o planejamento urbano, onde o assunto torna-se visível, e começa a ser discutido nas políticas públicas, onde as ações táticas transformam-se em resultados permanentes para a sociedade. A busca pela discussão deste tema ganha espaço em âmbito mundial, onde, por meio de projetos já existentes, utilizando o tático como método, assumem relevância na discussão do desenvolvimento urbano. Sugere-se que, assim como este, os trabalhos futuros tragam a discussão do urbanismo tático como ferramenta no âmbito do planejamento das cidades, para que possa cada vez mais ser discutido e aplicado, a fim de trazer transformações na qualidade de vida e participação popular.

Referências

Antunes, B & Sobral, L. (2016). *Do público ao comum: práticas colaborativas e o direito à cidade*. João Pessoa: AB.

- Araújo, J. A. (2012). Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, (31), 133-142.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brenner, N. (2016). Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal. *Revista e-metropolis*, 27, 6-18.
- Brenner, N., & Schmid, C. (2014). The 'urban age' in question. *International journal of urban and regional research*, 38(3), 731-755.
- Castro, L. F. (2019). Consumo criativo como produção do espaço – Uma reflexão crítica sobre o urbanismo tático a partir de práticas sócioterritoriais de antidisciplina. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1(18), 1-13.
- Eboli, P. C. (2019). O Urbanismo Tático e seus limites políticos. *Revista Políticas Públicas & Cidades-2359-1552*, 7(1).
- Farias, A. C. C. (2018). *Taxonomia do urbanismo tático: Uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes*. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Farias, T., & Diniz, R. (2018). Cidades neoliberais e direito à cidade: outra visão do urbano para a psicologia. *Revista Psicologia Política*, 18(42), 281-294.
- Fernandes-Barata, A. Sansão-Fontes, A. (2016). *Urbanismo tático: experiências temporárias na ativação urbana*. In: 3º seminário nacional Habitar. Belo Horizonte, 2016, p. 1-15.
- Fortuna, C. (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (63), 123-148.
- Pedro, G. (2016). Crescimento desigual: urbanismo tático para megacidades em expansão. *Revista Plot* (48), 171-173.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, 5(61), 16-17.

Gehl, J. (2013). *Cidade Para as Pessoas*. São Paulo: Perspectiva.

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes selo Martins.

Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas sociais*, (29), 73-89.

Kogan, G. (2016). Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal. *Cosmopista*. Available at: <https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismo-neoliberal/>

Léfèbvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Lydon, M., Bartman, D., Woudstra, R., & Khawarзад, A. (2012). Urbanismo Tático 2—Ação a curto prazo/Mudança a longo prazo. *The Street Plans Collaborative, Miami/New York*. Available at: <http://goo.gl/kXf9E1>, accessed, 16, 03-17.

Macêdo, A. F. & Almeida, A. M. (2018). O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe. *Congresso Internacional Espaços Públicos*, 1(1), 1-10.

Mehrota, R. Benítez, F. V. (2017). A obsolência do permanente: rumo a um urbanismo efêmero. *Revista Plot* (7), 84-117.

Montaner, J. M., Muxí, Z. (2014). *Arquitetura e Política - ensaios para mundos alternativos*. Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona.

Nogueira, P. C. E., & Portinari, D. B. (2016). Urbanismo tático e a cidade neoliberal. *Arcos Design*, 9(2), 177-188.

Portinari, D. B. (2017). *Do urbanismo tático à tática urbana: corpo e política na poética do coletivo Opavivará!* (Doctoral dissertation, PUC-Rio).

Paiva, L. Temos alternativas ao urbanismo neoliberal? *Vitruvius*, 2017.

Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM.

Ribeiro, A. C. T. (1995). Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas. *Ensaio FEE*, 16(2), 556-590.

Sansão-Fontes, A., Pessoa, M., Araujo-Souza, A., Sabaté, J., & Neves, L. (2019). Urbanismo Tático como prueba del espacio público: el caso de las supermanzanas de Barcelona. *Revista EURE-Revista de Estudios Urbano Regionales*, 45(136).

Sassen, S. (2016). Complexo e incompleto: o urbanismo tático e seus espaços. *Revista Plot* (28), 174-177.

Silva, P. A. B. (2017). Acupuntura tática em vazios urbanos (Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura) <https://doi.org/10.32385/rpmgf.v29i2.11056>

Vieira, M. F. P., Bavaresco, P. R., & Daiprai, L. (2019). Tactical Interventions in the Urban Space. *Research, Society and Development*, 8(5), 1485979. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i5.979>

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Julia Dias Gomes – 30%

Leticia Dias Gomes – 30%

Thiago Borges Mendes – 30%

Márcia Maria Couto Mello – 10%